



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2013.0000259943

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Inquérito Policial nº 0091889-21.2012.8.26.0000, da Comarca de Itapeva, em que é indiciado CLAUDIO ROMUALDO Ú FONSECA (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURI).

ACORDAM, em 10ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "receberam a denúncia, nos termos do acórdão. VU.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores RACHID VAZ DE ALMEIDA (Presidente), FRANCISCO BRUNO E NUEVO CAMPOS.

São Paulo, 18 de abril de 2013.

CARLOS BUENO
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO

Inquérito Policial nº 0091889-21.2012.8.26.0000
Voto nº 30.117

Claudio Romualdo Ú Fonseca, Prefeito Municipal de Buri, foi denunciado pela Procuradoria Geral de Justiça como incurso no art. 3º, alínea j, com as penas previstas no art. 6º, §§ 3º e 4º, todos da Lei nº 4.898/1965, em resumo acusado de cometer abuso de autoridade, atentando contra os direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional da servidora pública Maria Albertina Veloso de Almeida, nas condições descritas às fls. 1-A/1-D.

Em resumo, e de acordo com essa peça acusatória inicial, encontrava-se a funcionária lotada em determinado setor da prefeitura e o prefeito determinou ficasse ela afastada de suas funções pelo prazo de 10 dias, sem nenhuma justificativa para essa determinação. Quando retornou ao trabalho a servidora tomou conhecimento de que aqueles 10 dias foram descontados de seu salário, relativo ao mês de outubro de 2.011, anotados como faltas injustificadas ao trabalho.

Não sendo aqui a oportunidade para incursão em questões fáticas ou probatórias, evitando-se eventual prejuízo às partes, saliente-se que se encontra presente o fumus boni iuris, preenchidos os requisitos do art. 41, Código de Processo Penal, razão pela qual recebe-se a denúncia nos termos em que manifestada. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, "se a denúncia descreve conduta que configura, em tese, crime – de qualquer natureza – deve ela ser recebida" (RTJ 186/395).

De acordo com o art. 9º, §1º, Lei nº 8.038/90, o relator está delegando a realização da instrução, aqui incluído o interrogatório do denunciado, ao MM. Juiz de Direito de primeira instância, ao que consta da Comarca de Itapeva, sendo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO

certo que o rito processual é o previsto no Código de Processo Penal, de conformidade com o mesmo art. 9º.

CARLOS BUENO
RELATOR